



O FUNCIONAMENTO DA NOÇÃO DE LÍNGUA EM DICIONÁRIOS

Natieli Luiza Branco¹

Introdução

No presente trabalho, temos por objetivo refletir sobre a produção de conhecimento a respeito da língua a partir do instrumento linguístico dicionário; para isso apresentamos uma análise preliminar dos prefácios de dois dicionários ditos de língua nacional, sendo um dicionário brasileiro - *Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa* (2001) - e um dicionário uruguaio - *Diccionario del Español de Uruguay* (2011).

Apresentamos, primeiramente, algumas reflexões teóricas sobre dicionário, discurso, língua, colonização e descolonização linguística, de acordo com Nunes (2006), Orlandi (2009), Mariani (2004), que dão suporte a esse estudo e nos ajudam a observar o funcionamento da noção de língua nos prefácios, depois apresentamos os dicionários e as análises preliminares dos prefácios. Para isso, apoiamo-nos em pressupostos teóricos da Análise do Discurso de linha francesa, tal como foi concebida por Michel Pêcheux e vem sendo desenvolvida no Brasil nas últimas décadas e pelos princípios metodológicos propostos por José Horta Nunes em seus estudos sobre os dicionários no Brasil.

Tomamos o dicionário como instrumento linguístico porque ele é parte do processo de gramatização (AUROUX, 1992). Não podemos deixar de mencionar o conceito de gramatização que segundo esse autor: é “o processo que conduz a *descrever* e a *instrumentar* uma língua na base de duas tecnologias, que são ainda hoje os pilares de nosso saber metalinguístico: a gramática e o dicionário.” (idem, p. 65). Em vista disso, concebe-se gramática e dicionário como instrumentos para “guardar” e ensinar/aprender a língua. Valemo-nos desses instrumentos para aprender e ensinar a língua até os dias de hoje.

Tomar o dicionário como instrumento linguístico nos leva a concebê-lo também como discurso, pois o dicionário estabelece uma relação entre sujeitos e o saber linguístico. Os dicionários são instrumentos de reprodução de um imaginário, produzidos com uma história. O dicionário é um espaço de circulação de saberes, funcionando em uma memória discursiva.

Entendemos discurso a partir de Orlandi (2009, p. 21) que define discurso como “efeito de sentidos entre locutores”. Pensar esse efeito como relações históricas, sociais, ideológicas. Não é algo pronto, pré-concebido, são relações. Discurso é o funcionamento da linguagem, onde podemos observar os sentidos e a constituição de sujeitos.

Os sentidos vêm da memória discursiva que é coletiva (todos tem acesso a ela) e em determinado momento vêm a funcionar na produção do dicionário. Por isso que o dicionário vai além

¹ Mestranda em Estudos Linguísticos pelo Programa de Pós-Graduação em Letras da Universidade Federal de Santa Maria – UFSM – Bolsista FAPERGS.



da normatização, ele explicita a ideologia, as condições de produção que estão circulando naquele momento sócio histórico de sua elaboração.

Entendemos que condições de produção são “formações sociais e os lugares que os sujeitos aí ocupam” (Nunes, 2006, p. 19). Segundo Orlandi (2009), temos que considerar o contexto da enunciação, que é o contexto imediato – o aqui e o agora do dizer - e o contexto sócio histórico, ideológico, que é um contexto mais amplo. Não devemos observar somente o linguístico, mas também a exterioridade.

Concebendo o dicionário como discurso, nosso olhar se volta, necessariamente, para o sujeito, porque “o sujeito ao significar, se significa”, fazendo com que “sentidos e sujeitos se constituem ao mesmo tempo” (ORLANDI, 2002, p. 21). Não há discurso sem sujeito. Nem sujeito sem ideologia. É pela ideologia que há a constituição dos sentidos e do sujeito.

O sujeito dicionarista, segundo Nunes (2006), aparece como aquele que domina os sentidos e os sujeitos, distribuindo as significações de acordo com sua construção da imagem do outro. Mas, ele se esquece de que está falando a partir de uma posição em uma formação social. Temos, com isso, o esquecimento número um em que o sujeito tem a ilusão de ser a fonte de seu dizer, de acordo com Pêcheux (2009).

Em relação à língua, o sujeito dicionarista toma a língua como sua e, em uma posição de lexicógrafo/dicionarista, ele deixa a “sua” língua e trabalha “sobre a língua”, de acordo com Petri (2009). Antes de ser lexicógrafo ou dicionarista, o sujeito também é falante da língua, da “sua” língua, da língua materna, da língua nacional, da língua oficial..., mas, para produzir um saber sobre a língua, ele precisa se distanciar dessa posição de falante, para tratar de uma língua resultante do processo de gramatização.

Heterogeneidade linguística: o funcionamento da língua em países colonizados

Pensando nas condições sócio históricas de produção desses dicionários, remetemo-nos ao processo de colonização linguística (MARIANI, 2004), e, por conseguinte, a uma heterogeneidade linguística (ORLANDI, 2002).

Para pensar o funcionamento da língua em países colonizados, Orlandi (2002) traz a noção de heterogeneidade linguística – se fala a mesma língua, mas se fala diferente. A mesma língua seria o português e o espanhol geral, mas se fala diferente (o português do Brasil e o espanhol do Uruguai). Então, para pensarmos o funcionamento da noção de língua nesses dicionários, faz-se necessário pensar sobre a constituição da língua em países colonizados.

Segundo Orlandi (2002), para a constituição do Estado, deve haver uma língua nacional. E essa língua nacional deve ser una e homogênea, essencial para a identidade do país. E para ter uma língua nacional, é necessário que ela seja gramatizada e escrita. Desse modo, também “os



instrumentos linguísticos constroem uma unidade para a língua” (Nunes, 2008, p. 120), o que é preciso para o ensino/aprendizagem dessa língua.

Dito isso, remetemo-nos a Mariani (2004) para pensar a colonização linguística. Segundo a autora, colonização linguística é “imposição de idéias linguísticas vigentes na metrópole e um imaginário colonizador enlaçando língua e nação em um projeto único” (idem, p. 25). Pois, para termos nação, é necessário termos língua. Desse modo, a língua do colonizador é imposta através de condições políticas e jurídicas.

Se por um lado, temos o acontecimento linguístico da colonização, por outro lado, temos o acontecimento linguístico da descolonização em que se cria um imaginário que separa o português do Brasil e o de Portugal, segundo Orlandi (2002). Ressaltando a separação entre o país colonizado e o país colonizador pela afirmação de uma língua própria (uma língua nacional?).

Observamos o processo de uma descolonização linguística na produção de instrumentos linguísticos, na constituição de instituições de ensino, na produção de conhecimento. Conforme Nunes (2008, p. 111), a descolonização linguística possibilita “novos questionamentos e direcionamentos, como os que se referem à questão das políticas de língua, do multilinguismo externo e interno, da ‘lusofonia’, das relações entre as diversas tradições linguísticas”.

Os instrumentos linguísticos ajudam na constituição da língua nacional porque configuram um imaginário de língua dentro de seu espaço (a nação) e, assim, institucionalizam a relação dos sujeitos com a língua, conforme Orlandi (2012).

Fala-se a mesma língua de maneiras diferentes (português-brasileiro/português-português / espanhol-peninsular/espanhol-uruguaio) é porque se historicizam diferentemente (ORLANDI, 2002). Mas, que língua é essa que está no dicionário? A nacional? A oficial? Ou uma forma de língua regional?

Segundo Guimarães (2003, p. 48), língua nacional “é a língua de um povo, enquanto língua que o caracteriza, que dá a seus falantes uma relação de pertencimento a este povo”. Língua oficial “é a língua de um Estado, aquela que é obrigatória nas ações formais do Estado, nos seus atos legais” (idem, p. 48). Para pensarmos em regional, remetemo-nos a Petri (2012, p. 35), em que o regional é a “língua\cultura\tradição de um grupo social” específico.

A partir dessas considerações teóricas, apresentamos os dicionários e seus prefácios, para tentar, nessa análise preliminar, entender o funcionamento da noção de língua nos prefácios dos dicionários de países que sofreram processos de colonização e descolonização linguística.

Os dicionários e a noção de língua em seus prefácios

Para observarmos a noção de língua nos dicionários, nosso olhar se volta para os textos introdutórios dos mesmos, porque é nesses textos, segundo Nunes (2006), que percebemos as



condições de produção e a tomada de posição do sujeito dicionarista ou lexicógrafo a respeito da obra e da língua.

Concordamos com Petri (2009) que o prefácio é entendido como um texto com funcionamento próprio, pois revela a ideologia, a história, a posição sujeito presentes em cada obra, além de representá-la, enaltecendo-a.

O *Diccionario del Español del Uruguay* é produzido pela Academia Nacional de Letras de Uruguai, no ano de 2011 e impresso pela editora “Ediciones de la Banda Oriental”, editora que é tradicional no país, funcionando desde 1961 e com projeto editorial interessado na problemática social e cultural do Uruguai e da Latino América.

Esse dicionário possui três textos introdutórios, sendo o primeiro intitulado “Proemio” e é assinado por Adolfo Elizaincín que é coordenador do departamento de língua e literatura da Academia Nacional de Letras de Uruguai. O segundo texto é intitulado “Prólogo” e assinado por José María Obaldía que é presidente da comissão de lexicografia da Academia Nacional de Letras de Uruguai. E o terceiro texto é intitulado “Preâmbulo” e não apresenta quem o fez. Para esse trabalho, deter-nos-emos no primeiro texto introdutório.

O *Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa* é produzido pelo Instituto Antônio Houaiss, com sua primeira edição no ano de 2001, impresso pela Editora Objetiva. O Instituto Antônio Houaiss foi criado em 1997 com o intuito de elaborar um dicionário que representasse um novo paradigma da Língua Portuguesa, atualmente é especializado em lexicografia e em criação de livros de referência, também possui parceria com uma editora de Portugal.

Esse dicionário possui dois textos introdutórios, um intitulado “Prefácio” assinado por Antônio Houaiss que foi professor, diplomata e filólogo e idealizador do dicionário e outro intitulado “Apresentação” assinado por Mauro de Salles Villar que é diretor do Instituto Houaiss e coautor do dicionário.

O *Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa* apresenta a língua, conforme destacamos na sequência discursiva um, como “*acervo cultural que tem história*” e a imagem que perpassa o dicionário, destacada na sequência discursiva dois, é a de “*um espaço de conscientização ecumênica da língua*”.

Observamos que a palavra “ecumênica” nos dá o sentido que esse dicionário é voltado para os países de língua portuguesa, pois quer ser um espaço de circulação da língua portuguesa. Questão que nos leva a pensar que a descolonização linguística, nesse dicionário, não é ressaltada.

Nessas sequências discursivas, também perpassa o imaginário de que a língua é comum para (todos) os falantes desses países. Pois, o sentido de ecumênico nos passa esse imaginário – de universal, que abarca o todo.



Com essas sequências discursivas, também observamos o imaginário sobre o dicionário como o detentor dos sentidos, espaço em que há todos os sentidos para determinada palavra da língua portuguesa.

Por seu lado, o *Diccionario del Español de Uruguay* traz um imaginário de língua em uso, a língua falada pelos uruguaios, conforme destacamos na sequência discursiva um: *[Hay tipos de diccionarios] que recogen las características de una variedad determinada del español, en este caso, el español rioplatense en su versión uruguaya*, mas que precisa ser instrumentalizada para que os sujeitos possam usá-la, de acordo com a sequência discursiva dois: *Una lengua sin diccionario (sin gramática; quiero decir, sin libros llamados de esa manera) es una lengua que anda “suelta”, sin sujeción, sin haber sido reducida a reglas*.

Na sequência discursiva um, observamos que esse dicionário carrega uma memória de colonização, mas que está buscando seu processo de descolonização linguística ao afirmar que a variedade de espanhol que esse dicionário trata é a variedade uruguaia; dando, com isso, visibilidade para uma região específica: a região rio-platense.

Mesmo assim, o imaginário que perpassa o dicionário também é a de ser um instrumento detentor do saber e dos sentidos, como observamos na segunda sequência discursiva. O dicionário, sendo um instrumento, é responsável pelo ensino/aprendizagem da língua, e por ele ser esse responsável, a língua espanhola uruguaia precisa estar em um instrumento linguístico para ser ensinada/aprendida.

Então, que noção de língua temos no *Diccionario Houaiss da Língua Portuguesa* e o *Diccionario del español del Uruguay*? Os dois países sofreram a colonização linguística e buscaram a afirmação de sua língua, no entanto o *Diccionario del español del Uruguay* está buscando seu processo de descolonização linguística porque contrasta a língua espanhola peninsular com a língua espanhola da região uruguaia, enquanto que não observamos isso no *Diccionario Houaiss da Língua Portuguesa*. O que nos leva a pensar que dicionário da língua portuguesa reforça uma língua nacional, comum a todos, e o dicionário da língua espanhola ressalta uma língua regional, específica de uma região.

Considerações finais

Esse estudo está em sua fase inicial, será ampliado e melhor desenvolvido para a dissertação, mas podemos observar que o funcionamento da noção de língua é diferente em cada um desses dicionários, pois as condições de produção são diferentes. O *Diccionario del español del Uruguay* quer afirmar a região frente ao continente, enquanto o *Diccionario Houaiss da Língua Portuguesa* não traz essa discussão, apenas mostra os vocábulos do país colonizador e do colonizado. Por isso, mobilizamos a noção de língua nacional e regional.



De qualquer modo, seja a noção de língua presente é a nacional ou uma forma de regional, o dicionário faz parte da relação do sujeito com a língua, de acordo com Orlandi (2002). Portanto, a partir desse estudo, buscamos compreender um pouco melhor o funcionamento do dicionário na relação sujeito/língua - na relação de um sujeito dicionarista com uma língua de uma região/de um país, a fim de dar visibilidade a uma nação.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ACADEMIA NACIONAL DE LETRAS DE URUGUAI. *Diccionario del Español del Uruguay*. Montevideo, Uruguay: Ediciones de la Banda Oriental, 2011.
- AUROUX, S. *A revolução tecnológica da gramatização*. Tradução de Eni Orlandi. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 1992.
- HOUAISS, A. *Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa*. Rio de Janeiro: Editora Objetiva: 2001.
- GUIMARÃES, E. Enunciação e políticas de línguas no Brasil. *Revista Letras*, Santa Maria, nº 27, p. 47-53, jul/dez 2003.
- MARIANI, B. *Colonização linguística: línguas, política e religião no Brasil (séculos XVI a XVIII) e nos Estados Unidos da América (século XVIII)*. Campinas, SP: Pontes, 2004.
- NUNES, J. H. *Dicionários no Brasil: análise e história do século XVI ao XIX*. Campinas: Pontes Editores; São Paulo: Fapesp; São José do Rio Preto: Faperp, 2006.
- _____. Uma articulação da análise de discurso com a história das ideias linguísticas. In: *Revista Letras*, nº 37, jul./dez. Santa Maria, 2008. P. 107-124. Disponível em: <http://w3.ufsm.br/revistalettras/letras37.html>. Acesso em: junho de 2013.
- ORLANDI, E. P. *Terra à vista: discurso do confronto: velho e novo mundo*. Campinas: Cortez, 1990.
- _____. *Língua e conhecimento lingüístico*. São Paulo, SP: Cortez, 2002.
- _____. *Análise do discurso: princípios e procedimentos*. 8ª edição. Campinas, SP: Pontes, 2009.
- PECHÊUX, M. *Semântica e discurso: uma crítica à afirmação do óbvio*. Tradução de Eni Orlandi et al. 4ª edição. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2009.
- PETRI, V. A emergência da ideologia, da história e das condições de produção no prefaciamento dos dicionários. In: INDURSKY, F.; FERREIRA, M. C. L.; MITTMANN, S. (Org.). *O discurso na contemporaneidade: materialidades e fronteiras*. São Carlos, SP: Claraluz, 2009.